

***KIRIMURÊ* E AGRESSÕES URBANO-INDUSTRIAIS: POVOS
TRADICIONAIS, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS NA BAÍA DO IGUAPE (BAÍA DE TODOS OS SANTOS)¹**

Thiago Leandro da Silva Dias²
Ciências Biológicas/UEFS
thiago_veg@yahoo.com.br

Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira
Universidade Estadual de Feira de Santana
fpbandeira@gmail.com

Introdução

A Baía do Iguape está localizada no Recôncavo Baiano, no interior da Baía de Todos os Santos (BTS), a *KIRIMURÊ* – “grande mar” tupinambá, em pleno rio Paraguaçu. O seu entorno dispõe de ecossistemas como mata atlântica remanescente, floresta secundária, manguezal e restinga, abrigando milhares de famílias que vivem destes ecossistemas próprios ou associados, utilizando a pesca artesanal, extrativismo vegetal e agricultura de subsistência como principais atividades econômicas (PROST, 2007); no entanto, esta região vem sofrendo mudanças significativas em termos socioambientais, sobretudo a partir do crescimento industrial do Estado intensificado desde os anos 70.

As comunidades da Baía do Iguape têm na pesca o seu principal sustentáculo (COSTA, 2012). E além de sustento material, é uma herança cultural, que dá sentido à existência individual, regula a vida em grupo e provê matéria à imaginação social. Segundo Bandeira & Brito (2011), em trabalho retratando alguns aspectos das comunidades pesqueiras da BTS, estas são caracterizadas, em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, como

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam

¹ Trabalho-síntese desenvolvido com apoio parcial da FAPESB, através de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-FAPESB) orientada pelo professor Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira entre 2010-2012.

² Formando em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Bahia.

territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Bandeira & Brito, 2011, p. 304).

Desse modo, as comunidades pesqueiras na BTS são aquelas localizadas nos estuários e áreas costeiras que possuem uma cultura diferenciada, mas igualmente representativa das características étnico-culturais das populações afrodescendentes (DIEGUES, 2002), e levando-se em consideração a formação histórica específica da região, muitas são também consideradas, reconhecidas e regulamentadas como *comunidades remanescentes de quilombo*.

A Baía do Iguape abrange uma Reserva Extrativista Marinha (RESEX) que se estende sobre águas interiores. Criada no ano de 2000, possui 8.117,53 ha de área total e abrange 20 distritos. Essa Unidade de Conservação visa proteger os ecossistemas de manguezal e aquáticos, assim como o modo de vida das populações extrativistas: pescadores e marisqueiras (IBAMA, 2000; PROST, 2009). Entretanto, a operacionalidade, gestão e existência desta unidade vêm sendo comprometidas por fatores relacionados ao avanço e desenvolvimento industrial da região e interesse políticos hegemônicos e estatais relacionados. Dessa forma, as comunidades pesqueiras se veem diante da perspectiva de risco no tocante à preservação do meio natural, base de seus sustentos (PROST, 2009), anunciando assim contextos de *conflitos socioambiental* surgidos, conforme Acselrad (2004), a partir de distintos projetos, sentidos e fins para o uso dos recursos ambientais, configurando uma situação de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico e territorialidades (LITTLE, 2006).

Nesse sentido, o presente trabalho objetivou tecer compreensões, a partir de uma leitura/re-visão multidisciplinar, sobre algumas interações *conectivas* entre a população local (pescadores-artesanais-marisqueiras-quilombolas-remanescentes) da Baía do Iguape com os elementos dos ecossistemas em que estão inseridos, bem como as interações *conflitivas* oriundas de territorialidades específicas em disputa.

A territorialidade tem um papel importante na constituição e consolidação de grupos sociais, principalmente aqueles marginalizados pelos processos societários hegemônicos, e como salienta Little (2002) é o esforço coletivo de um grupo social para

“ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002). Nesta perspectiva, este trabalho também constrói uma análise das territorialidades e suas múltiplas dimensões, envolvidas no processo de uso, apropriação e gestão do território³, seja este terrestre ou marinho, levando-se em conta os “valores atribuídos pelas populações tradicionais às Águas e à Terra, já que são distintos daqueles utilizados pelas sociedades urbano-industriais”, como sustenta Diegues (2005).

Caminhos Metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida na Baía do Iguape, nos distritos de Santiago do Iguape (ST), São Francisco do Paraguaçu (SF) e São Roque do Paraguaçu (SF), situados na região do Recôncavo Baiano, na Baía de Todos os Santos. Este último, local onde o empreendimento pólo/estaleiro naval está sendo construído e vai ocupar uma área de cerca de um milhão de metros quadrados nas margens da Baía do Iguape, no município de Maragogipe.

Avaliando que nenhuma ferramenta é suficiente por si só para assegurar um processo participativo, estudos indicam a combinação de diversos instrumentos segundo as necessidades e realidades da comunidade (GEILFUS, 2002). Para realização do presente trabalho, foi adotada uma reunião de ferramentas metodológicas participativas com um diálogo permanente de utilização a partir de/entre dados primários e secundários.

Foram realizadas 24 entrevistas livres e parcialmente estruturadas com alguns tópicos fixos e outros redefinidos conforme andamento da entrevista visando canalizar o diálogo para as questões a serem investigadas (VIERTLER, 2002). Todas as entrevistas foram registradas mediante aparelho de gravador e consentidas por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Somadas a esta etapa, foram feitas observações diretas e participantes, mediadas pelo registro de fotografia para melhor representação da realidade. Na dinâmica da pesquisa os sujeitos participantes foram escolhidos através de indicação do primeiro/a entrevistado/a da região/comunidade, seguindo esta

³ Enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2004).

metodologia até saturação primária das informações dos principais eixos do trabalho. Do total de 24 (vinte e quatro) pessoas entrevistadas, 12 (doze) residem em ST, 7 (sete) em SF e 5 (cinco) em SR, sendo treze pescadores e/ou agricultores, sete marisqueiras e quatro moradores aposentados das comunidades.

Segundo Geilfus (2002), um diagnóstico participativo envolvendo o manejo dos recursos naturais pode ser feito a partir da construção de uma matriz de análise de conflitos que determina as principais áreas e motivos de conflitos na comunidade, que reflete muitas vezes transformações decorridas na área. Associadas a esta proposta foram realizadas análises críticas das realidades mediante metodologia de *etnografia de conflitos* proposta por Little (2004), embasando a análise a partir da perspectiva da *Ecologia Política*, sendo que a pesquisa nesse sentido “não somente contribui para compreensão dos problemas sociais, mas "visibiliza" atores socioambientais marginalizados e revela conexões e relações de poder antes ignoradas” (LITTLE, 2006).

Ecologia Política e Conflitos Socioambientais em perspectiva

As estruturas sociais e a utilização do meio ambiente estão entrelaçadas de muitas maneiras, e as sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos segundo determinantes físicos, biológicos e sociais do “metabolismo social” (MARTÍNEZ-ALIER, 2007; MUNIZ, 2010). Neste processo de reprodução, as sociedades se confrontam a diferentes projetos de uso e significação de seus recursos ambientais, de onde emergem conflitos por estes bens. Estes conflitos são estudados pela ecologia política, um novo campo nascido a partir dos estudos de caso pela geografia e antropologia rural, que hoje são entendidos aos níveis nacional e internacional (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Segundo Leff (2006), a ecologia política “constrói seu campo de estudo e ação no encontro e contracorrente de diversas disciplinas, pensamentos, éticas, comportamentos e movimentos sociais”. Sendo assim, uma análise que parte deste corpo teórico-prático, pressupõe uma visão holística e crítica que não parte de generalizações e determinismos ultrapassados, discutindo os conflitos a partir de uma perspectiva conjuntural em consonância com os aspectos

sócio-culturais, econômicos e políticos, e como bem define Leff (2006), “é a construção de um novo território de pensamento crítico e de ação política”.

A discussão sobre conflitos socioambientais tem sido uma questão chave para a compreensão das diversas contradições existentes no atual modelo de desenvolvimento global ancorado predominantemente no modo de produção capitalista, integrando questões ambientais com as questões sociais, fazendo emergir linhas de pensamento que analisem relações contraditórias tais como processos que determinam os diferentes modos de uso e apropriação da natureza (BARROS & SILVERA, 2010).

Kirimurê e Povos Tradicionais no contexto da formação social capitalista

O desenvolvimento das forças produtivas (e destrutivas) guiado pelo objetivo de maximizar as ganâncias das economias capitalistas mediante a articulação subordinada dos países do terceiro mundo à ordem econômica mundial vem gerando, junto com o incremento da produção e consumo, uma destruição sem precedentes das bases naturais, produzindo desequilíbrios ecológicos e processos de degradação ambiental em escala planetária (LEFF, 1986). Na conjuntura terceiro mundista, como afirma Galeano (1990), “é a América Latina, a região das veias abertas”, pois desde a colonização até os dias de hoje, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder (GALEANO, 1990). Sendo assim, pode-se considerar que a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Aponta-se que a destruição ecológica dos países do terceiro mundo está vinculada com a desintegração das identidades étnicas, das solidariedades sociais e dos valores culturais dos povos, assim como com o desprezo de suas práticas tradicionais de uso dos recursos (LEFF, 1986). Em consequência, a civilização industrial está acabando com a experiência acumulada em forma de sabedorias locais ou tradicionais e com os principais componentes do complexo biocultural da espécie humana, ao destruir a diversidade biológica silvestre, a variedade genética das espécies domesticadas de plantas e animais e a natureza como um todo (TOLEDO y BARRETA-BASSOLS, 2008). Essa destruição e decapitação da vida contemporaneamente geraram análises da questão ambiental caracterizando-as como incremento de uma “crise ambiental” pelos

escritos acadêmico-científicos, porém esta tende a ser uma crise estrutural do modo de produção (formação social⁴) capitalista, o que significa afirmar existir algo que altere, conduza uma falha, modifique e transforme a relação entre a natureza externa e a sociedade humana – o metabolismo social (FOSTER, 2005).

Segundo análises de Mészáros (2009),

“É inconcebível introduzir as mudanças fundamentais requeridas para remediar a situação sem superar o antagonismo estrutural destrutivo, tanto no “microcosmo” reprodutivo, como no “macrocosmo” do sistema do capital enquanto modo global de controle do metabolismo social” (Mészáros, 2009, p.11).

Nesse sentido de superação, analisando as tensões ‘estruturais’ e as entrelinhas ‘culturalistas’, é também inconcebível entender a sociedade capitalista sem esta estar “fundada sobre formas de exploração que são ao mesmo tempo econômicas, morais e culturais” (THOMPSON *apud* HALL, 2002).

Em seus escritos sobre conhecimento etnoecológico, Toledo (1992) afirma que “os sistemas de produção pertencentes às culturas tradicionais são mais apropriados ecologicamente do que os sistemas modernos, orientados para produção, para o mercado”. Portanto, culturas e saberes dos povos tradicionais podem contribuir para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu um equilíbrio entre ambos; estudos (Balée, 1992; Gómez-Pompa, 1971; 1992 e outros) afirmam que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais estão relacionados intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos tradicionais (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

Seguindo o bojo dos contextos societários capitalistas, apesar dos povos indígenas na Baía de Todos os Santos (BTS), nos dois primeiros séculos da colonização, terem sido exterminadas, amalgamadas ou expulsas para o interior (BANDEIRA & BRITO, 2011), os conhecimentos e práticas tradicionais em torno da *KIRIMURÊ*, “o

⁴ A terminologia “formação social” refere-se a uma abordagem não-reducionista-economicista que traz a percepção da co-existência de modos de produções com estruturação complexa dos níveis de articulação, entendendo modo de produção como formas básicas de relação econômica (ver Hall, 2002).

grande mar” tupinambá, continuam coexistindo em outras configurações, no entanto, a mercê de semelhantes conjunturas estruturais as quais anunciam conflitos de ordem política, sociocultural e ambiental (DIAS *et al*, 2011a) a partir de distintas territorialidades.

Analisado historicamente a *Kirimurê*, Araújo (2011) retrata os cenários de transformações destas águas sempre associados e subordinados aos interesses externos, colonizadores e mercadológicos. Segundo o autor,

“No começo tudo era Kirimurê, grande mar interior dos Tupinambá. Igapebas e igaras fluuavam dentro da baía e nos rios afluentes em busca do pescado. [...] No ano cristão de 1501, no primeiro dia de novembro, a primeira igaraçu cruzou a barra da baía para rebatizá-la Bahia de Todos os Santos. [...] Um porto na rota das navegações oceânicas e um ponto de trocas integrado na rede de mercados que se encadeavam ao emergente capitalismo europeu, desde então caiu irreversivelmente sobre Kirimurê o vaticínio de tornar-se Baía de Todos os Santos. E assim a portuguesa Baía de Todos os Santos venceu a índia Kirimurê” (Araújo, 2011, p.51-54).

O complexo de terras e águas deste território tornou-se viável para utilização de uma tecnologia portuguesa que se desenvolveu ao longo do processo de expansão marítima com os elementos dinâmicos do engenho de açúcar e das técnicas de construção naval e a arte de navegação. Esse processo agroindustrial e açucareiro seiscentista terminou por fazer desta baía um dos centros mais ativos de tráfico de escravos até a suposta abolição da escravidão em 1888 (ARAÚJO, 2011). O tempo da tecnologia do petróleo, após 1945, não poupou o território colonial da baía. Gasolina, asfalto, estradas, caminhões e automóveis terminaram por definir outra forma de organização territorial, intensificada com a industrialização crescente a partir dos anos 70 (AGUIAR, 1991; ARAÚJO, 2011), da qual profundas transformações socioambientais surgiram comprometendo as populações que dependem diretamente dos recursos naturais, configurando assim realidades categorizadas como *conflitos socioambientais* (e.g. DIAS *et al*, 2011a). O direcionamento da indústria na Bahia para operar com garantia de mercado e com vantagens públicas tem sido um traço dominante desde as primeiras indústrias às do pólo petroquímico (PEDRÃO, 2011), potencializadas hoje pelo então Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e suas obras desenvolvimentistas derivadas. A *Kirimurê*, de grande

mar tupinambá foi transformada (está sendo) na baía dos estrangeiros comerciantes do açúcar, do petróleo e da indústria naval.

Ao longo de mais de quatro séculos de história, muitas comunidades pesqueiras integradas à BTS desapareceram, se recriaram ou se reinventaram como resultado do balanço entre as mudanças conjunturais da região, como seus ciclos econômicos de auge e decadência, bem como das resistências socioculturais de comunidades que têm lutado por seus direitos territoriais e manutenção de suas identidades (BANDEIRA & BRITO, 2011).

Baía do Iguape: territorialidades extrativistas, identidade e resistência

De acordo com Diegues (2000), a relação de interdependência seres humanos-ambiente “gera um conhecimento aprofundado da natureza a partir do qual as comunidades tradicionais elaboram estratégias de uso e manejo dos recursos naturais”. Nesse processo, permeiam dialeticamente sentimentos, representações, comportamentos, conhecimentos e crenças os quais permitem uma prática plural de uso e manejo dos bens da natureza, fruto do complexo biocultural da *Homo sapiens* e da diversidade material e biológica/ecológica dos elementos dos ecossistemas (MARQUES, 1995; TOLEDO y BARRETA-BASSOLS, 2008).

No Recôncavo Baiano, que corresponde às terras em volta da Baía de Todos os Santos (BTS), encontra-se a Baía do Iguape, configurada historicamente com a presença significativa de *comunidades remanescentes de quilombo*, como os distritos de Cachoeira: Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu, que passaram a conferir direitos territoriais a partir de debates iniciados em 1988, sendo-lhes garantida a titulação definitiva de suas terras pelo Estado brasileiro segundo o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, finalmente, o Decreto 4.887/2003 que regulamenta o procedimento que confere eficácia social do direito ao território.

Na Baía do Iguape as famílias costumam aliar a atividade de pesca com a agricultura e o extrativismo vegetal. Para estas comunidades, a pesca desempenha um importante papel, seja pelo consumo direto da extração, seja pela renda retirada da

venda das capturas (PROST, 2009), fato vivenciado no contexto das comunidades participantes do trabalho, cuja pesca e mariscagem, a partir das entrevistas e observações, representa a maior fonte de renda e sustento das famílias (Figura 1). Porém, como salienta Prost (2009), a renda oriunda da atividade pesqueira permanece em níveis muito modestos. O censo do IBGE de 2000 mostra a predominância de rendas baixas, indicando que dois terços dos recenseados da Baía do Iguape afirmam ganhar até dois salários-mínimos.



Figura 1: (a) Ratueira para ganhamum; (b) ferramentas de trabalho no mar e no campo; (c) tratamento do pescado; e (d) munzuá para camarão.

A roça e a mata desempenham um papel de subsistência, e a depender da produção, região, quantidades e qualidades, podem ter seus produtos comercializados ou não. Cultivos de feijão, milho, mandioca, aipim, quiabo, entre outras plantações como frutíferas e hortaliças, além da extração de piaçava, estão presentes na prática cotidiana das comunidades do Iguape (Figura 2).



Figura 2: (a) Roça de Feijão em Santiago; (b) Roça de Mandioca em São Francisco; e (c) ferramentas utilizadas.

Em São Francisco do Paraguaçu o uso da roça e da mata é mais significativo em termos produtivos e de iniciativa de produção do que em Santiago do Iguape. No contexto de São Roque do Paraguaçu, possivelmente pelo fato da região já abrigar um ritmo urbano-industrial há pelo menos trinta anos com a presença de plataformas da Petrobrás, a pesca é intercalada com trabalhos na indústria e a roça praticamente deixou de existir. Segundo os relatos:

“Hoje em dia mais não, naquela época, 30 anos atrás tinha uma rocinha aí por cima, mandioca, milho, feijão, quiabo, pra consumo e pra fazer uma farinhazinha; hoje em dia é a pesca e o trabalho na obra” (pescador, 59 anos, SR).

“Aqui é que é o lugar de se viver. A indústria nossa é a pesca, é o mangue é a roça e o mato. Aqui é um território quilombola, São Francisco do Paraguaçu, Quilombo Boqueirão” (pescador/agricultor, 60 anos, SF).

Tais resultados em Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu refletem características marcantes de uma produção de subsistência remanescente das comunidades quilombolas que resistiram no território baiano; segundo Fiabani (2005), “os quilombolas viviam da caça, da pesca e da floresta diversificando e desenvolvendo a produção com o aumento de seus efetivos”. Porém, estas práticas estão em progressivo desaparecimento com o advento da urbanização, intensificada na região a partir da década de 70, como verificado em São Roque do Paraguaçu. Segundo Coelho-de-Souza (2012), “no final do século XX, fruto da expansão das últimas fronteiras, ocorreu o

contato entre o sistema urbano-industrial e as diversas populações locais, tornando-se deflagrado o conflito entre diferentes territorialidades”.

As práticas produtivas da região do Iguape e o vínculo material e simbólico com o território terrestre e marinho se fortalecem mutuamente, e de certa forma significam as comunidades em questão em torno de uma territorialidade extrativista, articulada histórica e culturalmente aos quilombos e à sua tradição social. Estas práticas sociais emergentes de uma cultura própria e diferenciada são alicerces dimensionadores na construção da pertença e identidade étnica regional histórica.

“A pesca é fundamental por que muitos aqui vevi disso. Sabe porque? Você desce aqui no mangue, você tira dois, três, quatro quilos de sururu, pega siri de mangue, caranguejo, um aratu. Tudo isso vai ajudando. Por isso a pesca aqui é fundamental” (pescador, 21 anos, ST)

“Eu passei a mariscar direto para ajudar a sobreviver minha família, meus filhos” (marisqueira, 46 anos, ST).

O território pesqueiro é sem dúvida o principal motivador material e simbólico reivindicado pelas comunidades para sustentar suas práticas de vida, um território de moradia, trabalho e vivência que permitem a reprodução social, cultural e econômica destas e de outras comunidades tradicionais pesqueiras espalhadas pelo mundo. A cultura pesqueira da região em questão se expressa, segundo conceituações de Hall (2002), com os sentidos e valores que nascem entre os grupos sociais com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas, e também com as tradições e práticas vividas através das quais esses entendimentos são expressos e nos quais estão incorporados.

Os pescadores e pescadoras artesanais da Bahia, assim como as comunidades remanescentes de quilombo, embora numa conjuntura promovida pela “marginalização social histórica” (PEDRÃO, 2007), resistem ao cerco hegemônico de desterritorialização dos povos tradicionais, seja através das práticas identitárias de reprodução social, do esforço em garantir o território tradicional ou da organização social e política na defesa, garantia e regularização deste território; e proclamam assim uma territorialidade singular, uma luta legítima pela conquista dos direitos e enfrentamento demarcado diante dos conflitos iminentes e em curso.

“Aqui ainda não tá bom, só vai tá bom quando a titulação do nosso território chegar na nossa mão. Queremos a justiça, que esse território que já é muito atacado, com muitos conflitos, muitas ameaças, que eles bote a titulação desse território logo pra cá, aí a gente fica livre, tem fazenda que não pode pegar caju, dendê, manga que já tem trabalhador com arma em cima da gente” (pescador, 60 anos, SF)

Percepções locais sobre transformações socioambientais e a eclosão de conflitos

Aqueles que vêm das margens contribuem politicamente, com suas existências e processos trans-formativos, com muito mais do que aquilo que a academia lhes reconhece (REIGOTA, 2010). Ao externar o que pensam, sentem, percebem, passam no dia a dia, e ao serem reconhecido como sujeitos ativos na reflexão sobre as diversas realidades viventes, os que vêm das margens, ou os que não estão no centro da produção intelectual ou centro político-econômico de poder, trazem consigo a vivência que permite a existência dentro de um determinado processo social-cultural, e sendo assim, se caracterizam como atores ativos (vivos e viventes), nas análises e experiências compartilhadas.

Analisando o conflito como elemento constitutivo da vida social e como pólo dinâmico no processo histórico, as sociedades se reproduzem nessa conjuntura, da qual emergem divergências sob alicerces políticos hegemônicos, tais como as realidades subalternizadas dos povos e comunidades tradicionais espalhadas pelo mundo (DIAS *et al.*, 2011b). Por (re)conhecer tal realidade na Baía do Iguape a partir de documentos, matéria jornalísticas e documentação bibliográfica, foi objetivado entender essa realidade a partir da percepção das comunidades locais, normalmente marginalizadas nos processos de disputa e conflito. Reafirmando, Little (2002) diz que nos conflitos entre diferentes territorialidades decorrentes dos processos expansionistas “houve o genocídio de povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais”.

Os depoimentos e percepções só reforçam a história ambiental da localidade e realidade da Baía do Iguape, consideravelmente afetada pela atividade industrial reforçada a partir da década de 70 na região, como por exemplo, a influência da barragem Pedra do Cavalo e seus diversos desdobramentos negativos para pesca artesanal, (PROST, 2007; MARTINS, 2009), tais como a redução do pescado:



IIº SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS

03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

“Antigamente a água ia acumulando lá na barragem, quando chegava a nível que achava que tava demais, eles abria, a água vinha com toda força, limpava, chegando água suja. Então aquela água, depois de oito, dez dias, apodrecia aí dava camarão moro, papaterra, dava langudinha, dava tudo que é espécie. Mas depois que ela ta reduzindo, aí abre para gerar energia e depois fecha... como é que pode? Fica aquela falta de controle, hoje tá doce, amanhã salgada...”
(pescador, 46 anos, ST)

“Antigamente há uns 40 anos atrás a pescaria era muito boa. Todo mundo vivia bem, mas depois que surgiu essa Pedra do Cavalo a pescaria aqui diminuiu bastante. Depois da Votorantin piorou essa pesca aqui pra gente. As vezes nós vai pescar e nem o que comer trás. Eu mermo já trabalhei com uma rede e pegar 15, 20 lata de camarão, hoje em dia você não pega um quilo. Pescado: camarão, arraia e rubalo” (pescador, 62 anos, SF)

Estas informações de mudanças na água também são encontradas na literatura científicas, conforme considerações de Genz (2006). A entrada de água doce tem influência em todos os níveis básicos de interação de baías e de estuários, com consequências físicas, químicas e biológicas. Por outro lado, as intervenções humanas na bacia hidrográfica, como a construção de barragens, têm gerado várias alterações na magnitude e frequência das vazões à jusante, bem como mudado a qualidade da água, a quantidade de sedimento e matéria orgânica e inorgânica afluentes ao estuário (GENZ, 2006), transformando significativamente o(s) ecossistema(s) hídrico(s).

Outra percepção muito notória da comunidade, relatada pela totalidade dos/as entrevistados/as foi a presença de uma coceira oriunda do mangue, que segundo eles/as nunca receberam explicação para tal. Nas pesquisas bibliográficas também não foi possível encontrar explicações para tal coceira, apenas um *relatório técnico do Iguape Sustentável* aponta algumas informação nesse sentido. No entanto, alguns entrevistados indicam as causas dessas transformações socioambientais:

“Votorantin e Mastrotto (fábrica de couro) são responsáveis por essa coceira aí” (pescador, 34 anos, ST)

“Por que inclusive essa Votorantin, quando ela solta água as marisqueiras vai mariscar e ostra, sururu dentro do mangue e só vem coçando. Ela prende a água e depois ela solta a água podre pela turbina e vai pro manguezal, e as marisqueira vem tudo se coçando. Não tinha isso. Ai fica difícil, é marisqueira falando em parar”
(pescador, 62 anos, SF)

Em São Francisco do Paraguaçu, conflitos em torno do acesso, posse e uso da terra, marés e manguezais são recorrentes entre comunidade remanescente e fazendeiros. Desde que a comunidade de São Francisco do Paraguaçu foi certificada como comunidade remanescente de quilombo em 2006 as ações dos fazendeiros tem sido cada vez mais intensas e violentas com o objetivo de expulsar a comunidade do território. O jogo covarde e criminoso dos fazendeiros expõe notoriamente as intenções de manter sob seus domínios as terras legalmente reconhecidas como quilombolas. Iniciados os trabalhos de identificação e delimitação do território, as ações judiciais e criminalização institucional foram sendo conjugadas com práticas de cooptação e estímulo a divisões internas entre moradores da Vila (OLIVEIRA *et al*, 2010). Atualmente os representantes do Quilombo Boqueirão quase que semanalmente são obrigados a prestar depoimentos em diversas instâncias judiciais e criminais de regiões adjacentes respondendo as mais variadas acusações sobre invasão de terra e práticas semelhantes. Segundo os próprios representantes da comunidade:

“O que hoje ta dependente é a titulação da nossa comunidade. Eu já fui ameaçado aqui e outros aqui. Eu respondo processo na justiça e outros aqui também. Fazendeiro dizendo que eu tô roubando terra dele. Como é que eu tô roubando terra? Se aqui é minha terra, vem de geração em geração, dos nossos antepassados...” (pescador, agricultor, 32 anos, SF)

“Inclusive é o que ta acontecendo aqui com os quilombolas e fazendeiros; eles tem pena da gente? Não tem, eles quer destruir. Os quilombola ta querendo o que era dos antepassado da gente, meu bisavó, meu avó, entendeu? Nós ta nessa luta pela terra porque a terra é nossa” (pescador, 62 anos, SF)

“Nós lutamos aqui com 14 fazendeiros aqui dentro. Nós temos nossa certidão quilombola e eles não tão querendo se conformar, mas a gente segue na ativa da terra por que da terra nós não podemos sair, é a vida de todos nós. Aqui vem falecendo companheiros e companheiras que tão falecendo por conta de liminar. O que ta acontecendo aqui é muito conflito, muita ameaça, muitos ataque por

esses 14 fazendeiro; aqui a gente ta vendo a hora de ir pra roça vivo e voltar até morto” (pescador, 60 anos, SF)

Outro conflito em iminência, segundo os relatos em São Francisco, é uma possível construção de empreendimento hoteleiro na região histórica do Convento de Santo Antônio, o que viria acarretar consequências significativas para a pesca:

“Nós já ta sabendo que o dinheiro já ta na conta pra fazer um hotel aí no convento. Se fazer um hotel aqui acaba também com a pesca, por que aqui no convento tem um pesqueiro que todo mundo pesca. Se faz um hotel aí, os iate vem tudo pra aí tomar a área toda, e aí acabou. Esse hotel vai prejudicar a gente aqui também” (pescador, 62 anos, SF)

Desmatamentos e assoreamento de rios também foram percebidos nos relatos em São Roque do Paraguaçu:

“Um dos grandes problemas do nosso rio Paraguaçu é o desmatamento, que impacta os rios, o costeiro e local de pesca, porque aqui é uma comunidade pesqueira. Sem se falar das indústrias, que está sendo implantadas dentro do rio, agora nós temos uma recente, o estaleiro, pólo naval” (pescador, metalúrgico, 42 anos, SR)

Como percebido, alguns pescadores já sinalizam os empreendimentos industriais em curso como possíveis causadores de transformações e transtornos para as comunidades pesqueiras. A seguir, uma análise mais detalhada da situação exposta.

A contraditória RESEX Marinha Baía do Iguape e a construção do Estaleiro naval

A Resex Marinha Baía do Iguape, criada no ano de 2000, só teve seu Conselho Deliberativo implantando anos após, como salientou Prost (2009) relatando que a “UC federal permaneceu praticamente sem concretude durante alguns anos pois o Conselho Deliberativo, instância de planejamento e de gestão prevista por lei, só foi implantado (e isso, apenas parcialmente) em 2005”. Este Conselho foi criado e formalizado tardiamente em 2009, através da portaria nº 83 do Diário Oficial da União p.62 – seção 1, de 15 de outubro, demonstrando a falta de priorização em relação às demandas das comunidades e povos tradicionais. No que se refere à mesma situação de impasse temporal e político, o Plano de Manejo Participativo, previsto na Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2007, que estabelece diretrizes, normas e procedimentos

para este fim, também continua apenas previsto em lei até os dias atuais, onze anos após a criação da referida Resex.

Deflagrando a conduta política Estatal que tem sido priorizada, a serviço dos interesses empresariais, industriais e privados, o governo estadual está iniciando a instalação de um pólo naval na extremidade sul da Resex, sem os debates preliminares necessários ao processo de tomada de decisão (PROST, 2009). Para tanto, de modo a viabilizar a instalação do estaleiro/pólo naval na região, empreendimento da Odebrecht, OAS, UHT e Queiroz Galvão, houve uma alteração nas poligonais da RESEX da Baía de Iguape, com a aprovação da Emenda nº 7 da Medida Provisória 462/09 convertida na Lei 12.058/09, reduzindo a Resex e abrindo precedentes para qualquer modificação das U.C's no Brasil (Assembléia Popular, 2011), demonstrando a parcialidade do estado e sua subserviência aos ditames do capitalismo. Segundo as percepções entrevistadas:

“Agora nós temos uma (indústria) recente, o estaleiro, pólo naval. Não sei de que forma foi que eles conseguiram diminuir nossa resex, pois nossa resex começava da barra do Paraguaçu pra dentro, e eles conseguiram reduzir ao ponto de deixar rios de fora. Eu tenho uma grande preocupação já de início, pois quando a gente vai pescar a gente tem todo cuidado com o silêncio para não espantar o marisco, as grandes explosões que já estão acontecendo aqui, que agora é toda sexta feira pela tarde, de alguma forma ela espanta o marisco”
(pescador, 42 anos, SR)

Analisando esta realidade de implantação de um cerco urbano-industrial sobre a BTS, percebe-se os diferentes interesses em jogo e o choque proeminente de territorialidades distintas, que segundo a conjuntura política-Estatal hegemônica acaba por definir quem se extingue e quem se perpetua nas águas da Kirimurê. Neste caso, em relação à composição faunística de áreas portuárias, alguns estudos recentes (ver GERHARDINGER, 2005) indicam o registro de espécie exótica nativa da região do Indo-Pacífico presente no sudoeste Atlântico, habitando substratos naturais e artificiais nas proximidades de três grandes Portos brasileiros, possivelmente oriundas das águas de lastro dos navios. Fato este demonstrativo das potencialidades de transformações ecológicas advindas dos empreendimentos portuários.

Em um estudo (BARROS & SILVEIRA, 2010) realizado sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape, em Pernambuco, é apresentado como a produção do

espaço rural-urbano no contexto capitalista rebate na produção dos conflitos socioambientais. Segundo os autores,

“A principal alteração do processo capitalista de (re)produção do espaço consiste na conversão do uso da terra do rural para o urbano com prejuízos para os pequenos produtores rurais que vivem há gerações nas terras de Suape e que estão sendo expropriados pelo Estado para consolidação do complexo” (Barros & Silveira, 2010, p. 164).

Considerações Finais

Historicamente o Brasil, desde uma macro-perspectiva fundiária, teve como resultado geral do processo de expansão de fronteiras, a instalação da hegemonia do Estado-nação e suas formas de territorialidade, demarcando muitas vezes os interesses contraditórios que esta intuição perpetuou e “se impôs sobre uma imensa parcela da área que hoje é o Brasil, de tal forma que todas as demais territorialidades são obrigadas a confrontá-la” (LITTLE, 2002). Dessa forma, diante de tal imposição, demandas territoriais por parte dos povos e comunidades tradicionais sempre estiveram historicamente em pauta e em conflitos, porém subalternizadas pelos poderes estatais intrusivos.

Partindo de uma análise das políticas ambientais para os territórios quilombolas da Baía de Todos os Santos, estudando o Levantamento da Situação das Comunidades Quilombolas na Bahia, no que diz respeito o Panorama Sócio-econômico e Quadro de Conflitos destas comunidades, documento produzido pela Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), e outros trabalhos bibliográficos (Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2011; DIAS *et al.*, 2011a), podemos verificar a condição de vulnerabilidade que estas comunidades se encontram diante das forças produtivas do capital e de uma política racista que elege tais territórios específicos para o suposto desenvolvimento econômico. A mesma análise pode ser feita para o contexto das comunidades pesqueiras da Baía de Todos Santos e demais povos tradicionais da região.

Pescadoras e Pescadores artesanais organizados (MPP, 2012) reafirmam a noção de disputa territorial com os interesses empresariais, latifundiários e os governos que os sustentam, demarcando que o direito de permanência nos territórios tradicionais

pesqueiros é questão prioritária e necessária para a manutenção da produção e reprodução dos saberes tradicionais.

Além destas políticas elaboradas em torno dos territórios sociais, sejam eles terrestres ou marinhos, o Estado elabora outras facetas de controle social das comunidades quilombolas e pesqueiras, através, por exemplo, da não regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras e da política ineficiente de titulação das terras de posse quilombola. Como bem elucida Rainha & Lopes (2011):

“A escandalosa omissão estatal é tamanha que os quilombolas correm o risco de assistirem a caducidade de vários decretos de titulação porque os processos encontram-se emaranhados na burocracia, na deficiência técnica do Incra, ou na maioria dos casos, na correlação de forças políticas incidentes na área em questão, tudo a lhes impedir efetividade” (Rainha & Lopes, 2011, p. 93).

A não titulação e regularização destes territórios tradicionais promovem a falta de saneamento básico e de acesso a outras políticas públicas, ocasionando insegurança nas comunidades, jogando-as “em situações de vulnerabilidade quanto à alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho, transporte etc., mantendo-as à margem das garantias constitucionais e dos direitos humanos fundamentais”, salientam os autores.

Os portos, plataformas, pólos e canteiros de obras continuam reconfigurando a rota metafísica de navegação dos igapebas e igaras (embarcações tupinambás extintas) – que resistem simbolicamente associadas às práticas e conhecimentos tradicionais de povos e comunidades que continuam sobrevivendo da pesca artesanal e outras atividades extrativistas, ameaçadas pelo contexto urbano-industrial agressor contemporâneo.

Sendo assim, diante dos conflitos percebidos e analisados criticamente sob o viés da Ecologia Política, cabe uma análise de que municiar a exacerbação destes conflitos de classes é condição para superação da divisão social baseada na exploração e na dominação (FONTES, 1998), presentes no modo de produção operante do metabolismo social estabelecido entre sociedade e natureza. É neste percurso de superação entre cercos, estaleiros e latifúndios que as territorialidades tradicionais resistem e demarcam suas trincheiras na luta pela garantia dos seus territórios.

Referências Bibliográficas

- AATR (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais). **Levantamento da Situação das comunidades Quilombolas na Bahia.** Disponível em: <http://www.aatr.org.br/site/uploads/file/pdfs/levantamento.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Apresentação, p. 7-11.
- _____, H. **Justiça ambiental e construção social do risco.** XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu, 2002.
- AGUIAR, M. C. P. **Degradação Ambiental da Baía de Todos os Santos.** Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 1, n. 1, p. 55-57, jun. 1991
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: **Baía de Todos os Santos : aspectos humanos** / Carlos Caroso, Fátima Tavares, Cláudio Pereira, organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2011.
- ASSEMBLÉIA POPULAR. **Projeto Popular para o Brasil modelo de desenvolvimento em disputa.** Disponível em: Disponível em: <http://www.politicaspUBLICASbahia.org.br/spip.php?article588>. Acesso em 05 mai. 2011
- AZEVEDO, Maíra Menezes de. **Projeto Baixo Paraguaçu e Iguape Sustentáveis. Relatório Técnico.** Superintendência de Recursos Hídricos do Governo da Bahia, 2007.
- BANDEIRA, F. P. & BRITO R. C. de. Comunidades pesqueiras na Baía de Todos-os-Santos: aspectos históricos e etnoecológicos. In: **Baía de Todos os Santos : aspectos humanos** / Carlos Caroso, Fátima Tavares, Cláudio Pereira, organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2011.
- BARROS, André P. de; SILVEIRA, Karla A. **A produção do espaço rural-urbano e seus rebatimentos nos conflitos socioambientais na área da Suape, Pernambuco – Brasil.** CADERNOS CERU, série 2, v. 21, n. 1, junho de 2010.
- CHAVES, M. P. S.; BARROS, J. F.; FABRÉ, N. N. **Conflitos Socioambientais e Identidades Políticas na Amazônia.** Revista de ciência política. Número 37. ISSN 1677-8855, 2008. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf. Acesso em 31 out. 2010.
- COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Modernização da agricultura e o agravamento da insegurança alimentar no Brasil: papel das populações locais e sua agrobiodiversidade. In: SILVA, V. A. ALMEIDA, A. L. S. ALBUQUERQUE. **Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas e natureza na América Latina.** Recife: Nupeea, 2010.
- COSTA, Cristiane Sobrinho. **Comunidades Ribeirinhas da Baía do Iguape: cultura, identidade e representação simbólica dos pescadores artesanais no contexto sócio-econômico do Recôncavo Baiano.** Jornada de Antropologia da UNICAMP, São Paulo, 2012.
- CUNHA, C. C; LOUREIRO, C. F. B. **Reservas extrativistas: Limites e contradições de uma territorialidade seringueira.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-25.
- DIAS, T. L. S. D. SILVA, E. G. B. BANDEIRA, F. P. **Conflitos socioambientais na Baía de Todos os Santos (BTS): velhas práticas e novos debates envolvendo comunidades tradicionais.** I Seminário sobre espaços costeiros, UFBA, 2011a.
- _____, T. L. S. D. BANDEIRA, F. P. Ecologia Política e pesquisa etnoecológica: abordagem necessária para análise dos sistemas socioecológicos. Publicação como resumo simples no VI Encontro Nordestino de Etnobiologia e Etnoecologia e II Encontro Paraibano de Etnobiologia e Etnoecologia, Areia - PB, 2011b.

- DIEGUES, A. C. (Org.) **Povos e águas: inventário de áreas úmidas**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.
- _____, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.
- _____, A.C. **Aspectos Sócio-Culturais e Políticos do uso da Água**. NUPAUB-USP. Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos-MMA, 2005.
- DUPAS, G. **O impasse ambiental e a lógica do capital**. In: Dupas, G. (org) Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais. IEEI/Edit.Unesp. 2008.
- GEILFUS, Frans. 80 herramientas para El desarrollo participativo: diagnostico, planificación, monitoreo y evaluación. El Salv.: Proyecto Regional. II CA-Holanda. Laderas, 2002. 208p.
- GENZ, Fernando. **Avaliação dos efeitos da barragem pedra do cavalo sobre a circulação estuarina do rio Paraguaçu e Baía do Iguape**. Tese de doutorado do curso de Pós-Graduação em Geologia. UFBA, 2006.
- GUERRA, José Teixeira; COELHO Maria Célia Nunes. **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Decreto de criação da reserva extrativista marinha Baía do Iguape**. Brasília, 2000.
- FIABANI, A. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 432p.
- FONTES, Virgínia. História e conflito. In. BADARÓ, Marcelo (org.). **História: Pensar e Fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.
- FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GALEANO, E. **As Veias abertas da América Latina**. 30 edição. tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- GERHARDINGER, L.C. FREITAS, M.O. ANDRADE, A. B.(2005). **Ocorrência de *Omobranchus punctatus* (Osteichthyes: Blenniidae) em águas Brasileiras: Possível invasão mediada por navios**. In: Resumos do XVI Encontro Brasileiro de Ictiologia, pp 114. João Pessoa, 2005, Sociedade Brasileira de Ictiologia
- HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf> . Acesso em: 31 out. 2010.
- LEFF, H. **Ecologia y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México: Siglo XXI, 1986. 306p.
- _____, H. **La ecología política em América Latina: un campo em construcción**. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). Los Tormentos de La Materia: aportes para uma ecología política latinoamericana. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2006b. p. 21-39.
- HALL, Stuart. Da diáspora – identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade**. Trabalho apresentado no Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos para a Antropologia”, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de Junho de 2002.
- _____, P. E. **A Etnografia dos Conflitos Sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas**. In: II Encontro da ANPPAS, Indaiatuba. 2004. 9p.
- _____, P. E. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006



**IIº SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

- MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL.** Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 07 jan. 2011.
- MARQUES, José Geraldo W. (1995) *Pescando Pescadores : Etnoecologia Abrangente no Baixo São Francisco Alagoano*. São Paulo/Maceió, NUPAUB-USP. 304 p.
- MARTINS, Viviane. Consultoria ICMBio/PNUD – **Apoio à Elaboração do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape Relatório final versão preliminar para discussão no âmbito do Grupo de Trabalho da Unidade**. Maragogipe, julho de 2009.
- MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **Introducción a la economía ecológica**. Cuadernos de Medio Ambiente. Rubens: Barcelona, 1999.
- MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.
- MPP (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais). **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**. 2012.
- OLIVEIRA, Mirna Silva. SILVA, Paulo H. Carvalho e. DIAMANTINO, Pedro Teixeira. **Abrindo os Braços: A Luta Quilombola de São Francisco do Paraguaçu-Boqueirão**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Orgs)... [et al]. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos – Manaus: UEA Edições, 2010.
- PEDRÃO, Fernando. Novos e Velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras vol. 1 (1), 2007.
- _____, Fernando. A Baía de Todos os Santos na realidade do imaginário da sociedade baiana. In: **Baía de Todos os Santos : aspectos humanos** / Carlos Caroso, Fátima Tavares, Cláudio Pereira, organizadores. - Salvador : EDUFBA, 2011.
- PROST, C. **Impactos territoriais e ambientais Efeitos da barragem da Pedra do Cavalo sobre a pesca artesanal na baía do Iguape**. I Encontro latinoamericano de Ciências sociais e represas e II encontro Brasileiro de Ciências sociais e barragens. Salvador/Bahia, 2007
- _____, C. **Resex marinha versus pólo naval na Baía do Iguape**. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. In: ANAIS DO V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. v. 1. p. 1-17.
- RAINHA, R. LOPES, D. S. **Quilombos no Brasil: efetivação de direitos versus violência**. In: Direitos Humanos no Brasil - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.
- REIGOTA, Marcos. **A contribuição política e pedagógica dos que vêm das margens**. TEIAS: Rio de Janeiro, ano 11, nº 21, jan/abr 2010
- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm. Acesso em: 06 jun. 2011.
- TOLEDO, V. M. **What is Ethnoecology? origins, scope and implications of a rising discipline**. Etnoecológica, volume 1, numero1, 1992.
- _____, V.M. y N. BARRERA-BASSOLS. **La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales**. Icaria Editorial, Barcelona. 230 pp. 2008.
- VIERTLER, R. B. **Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia**. In: Métodos de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas. Rio Claro: Coordenadoria de Área de Ciências Biológicas – UNESP/CNPq, 2002.